



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**ADAPTAÇÕES CURRICULARES DE PEQUENO PORTE  
NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM  
ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO  
MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA, RS.**

---

**Cristina Eick Martins**

**CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil**

**2010**

**ADAPTAÇÕES CURRICULARES DE PEQUENO PORTE  
NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM  
ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO  
MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA, RS.**

---

**por**

**Cristina Eick Martins**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e**  
**Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

**ADAPTAÇÕES CURRICULARES DE PEQUENO PORTE**  
**NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM**  
**NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM**  
**ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA, RS.**

elaborado por

**Cristina Eick Martins**

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de***  
***Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Amara Lúcia Holanda Tavares Battistel**  
(Presidente/Orientador)

---

**Tatiane Negrini**  
(parecerista)

---

**Adriane Cenci**  
(parecerista)

**CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil**  
**2010**

## **RESUMO**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **ADAPTAÇÕES CURRICULARES DE PEQUENO PORTE NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA, RS.**

AUTOR: CRISTINA EICK MARTINS  
ORIENTADOR: AMARA LÚCIA HOLANDA TAVERES BATTISTEL  
CAPÃO DA CANOA, RS

O presente artigo se insere em uma perspectiva de pesquisa no campo da Educação Inclusiva, e teve como objetivo pesquisar o processo de inclusão educacional no ensino fundamental na rede municipal no município de Capão da Canoa, RS. A pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, a partir de questionários direcionados a diretores de onze escolas municipais de ensino fundamental e aos educadores que atuam em escolas cujos projetos político-pedagógicos sejam favoráveis à proposta da educação inclusiva e atendam alunos com necessidades educacionais especiais. Os dados relativos às adaptações curriculares, acessibilidade, recursos materiais e pedagógicos para as necessidades educacionais especiais dos alunos, foram analisados considerando as categorias presentes nas Adaptações Curriculares, BRASIL (2000).

Reconhecer a implementação das Adaptações Curriculares de Pequeno Porte na educação de alunos com necessidades educacionais especiais permeia uma prática pedagógica planejada no processo da educação inclusiva. Compreender o desenvolvimento de práticas educativas em Educação Especial efetiva a aplicação de metodologias e práticas pedagógicas adaptadas para alunos com necessidades educacionais especiais, que promovam uma aprendizagem significativa no processo de construção do conhecimento, possibilitando o desenvolvimento de sujeitos com a capacidade de pensar de forma independente, através da utilização das mesmas.

**Palavras chave:** Educação Inclusiva, Adaptações Curriculares, Práticas educacionais.

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	3
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO .....	5
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	19
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21
6. ANEXOS .....	23

## 1. APRESENTAÇÃO

Considerando a educação formal como um dos importantes meios de alavancar o desenvolvimento dos cidadãos e da sociedade, constituindo um importante instrumento de aprendizado e de socialização da criança e do adolescente, que oportuniza a prática social através da convivência, faz-se necessário pensar e desenvolver práticas pedagógicas que possibilitem ao educando conhecer e relacionar os conteúdos conceituais, mas principalmente, os conteúdos procedimentais e atitudinais, viabilizando o amplo exercício da cidadania.

As escolas que contemplam a proposta inclusiva oportunizam a alunos com necessidades educacionais especiais o acesso ao Ensino Regular, garantindo o mesmo direito de acesso ao conhecimento e a socialização, permitindo e disponibilizando uma atmosfera institucional participativa. Dessa forma, surge a necessidade dos educadores atuantes nessas escolas repensarem e desenvolverem novas práticas pedagógicas, que possibilitem o desenvolvimento desses alunos.

Compreender o desenvolvimento de práticas educativas na Educação Especial efetiva a aplicação de metodologias e práticas pedagógicas adaptadas para alunos com necessidades educacionais especiais, possibilitando o desenvolvimento de sujeitos com a capacidade de pensar de forma independente, através da utilização das mesmas.

Nesse sentido, o desenvolvimento e aplicação de práticas pedagógicas satisfatórias permitem ao educando a melhor compreensão e inter-relação dos conteúdos, oportunizando uma aprendizagem de qualidade e o eficaz desenvolvimento cognitivo dos mesmos, oportunizando assim, uma aprendizagem significativa.

Com o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais ao Ensino Regular em escolas inclusivas, estão os educadores preparados para repensar e reformular as práticas pedagógicas, a fim de possibilitar uma educação de qualidade, que permita um aprendizado significativo e o desenvolvimento sócio-cultural desses sujeitos, constituindo assim a verdadeira inclusão?

A escola inclusiva está identificando as necessidades educacionais de cada aluno e adaptando sua proposta pedagógica para contemplar a inclusão?

Que tipo de recursos estão sendo utilizados para que os alunos com diferentes tipos de necessidades especiais (deficiência visual, auditiva e /ou cognitiva, distúrbios de comportamento, múltiplas deficiências, altas habilidades), possam estudar em escolas inclusivas com aproveitamento escolar?

O objetivo geral do estudo é pesquisar o processo de inclusão educacional no ensino fundamental da rede municipal do município de Capão da Canoa, envolvendo diretores de onze escolas e alguns professores, e como objetivos específicos, caracterizar o atendimento dado aos alunos com necessidades educacionais especiais, identificar as adaptações curriculares de pequeno porte e a formação dos professores, para a elaboração de ações que favoreçam a execução da proposta de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, em escolas municipais do município de Capão da Canoa, RS.

O referido estudo vem ao encontro da necessidade de oportunizar uma aprendizagem de qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais, reconhecendo a importância do aprendizado permanente como fator fundamental para a participação ativa dos cidadãos na sociedade.

Visa reconhecer a implementação das Adaptações Curriculares de Pequeno Porte na educação de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas inclusivas, como meio de permear uma prática pedagógica planejada no processo da educação inclusiva, que permita o desenvolvimento cognitivo e promova uma aprendizagem significativa no processo de construção do conhecimento.

## 2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa partiu de uma abordagem metodológica qualitativa, através da pesquisa-descritiva, realizada através de questionários para caracterização dos sujeitos e de entrevistas semi-estruturadas, com questões específicas, fundamentada nos subsídios teóricos de Lüdke e André (1986) e de Gil (1999). A pesquisa foi direcionada aos diretores de escolas municipais de ensino fundamental (Anexo 1) e aos educadores (Anexo 2) que atuam nas classes regulares do ensino fundamental em escolas cujos projetos político-pedagógicos sejam favoráveis à proposta da educação inclusiva e atendam alunos com necessidades educacionais especiais, no município de Capão da Canoa, RS.

Lüdke e André (1986) descrevem a pesquisa qualitativa como sendo uma pesquisa que envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Nesse tipo de pesquisa os problemas devem ser estudados no ambiente em que eles ocorrem naturalmente, sem qualquer manipulação do pesquisador, segundo Lüdke e André (1986).

De acordo com Lüdke e André (1986), o uso da entrevista na coleta de dados “permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. Nas entrevistas semi-estruturadas utiliza-se o uso de perguntas determinadas anteriormente, podendo ser a resposta livre, de acordo com Lüdke e André (1986), sendo dessa forma, a técnica de entrevista que mais se adapta aos estudos do ambiente educacional, segundo as autoras.

Gil (1999) define a coleta de dados através de questionários como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Os sujeitos desta pesquisa são constituídos por diretores de onze escolas municipais de ensino fundamental no município de Capão da Canoa, além de, pelo menos um educador que atua nas escolas onde a proposta político-pedagógica contempla a inclusão e onde estudam em classes regulares, alunos com



necessidades educacionais especiais, distribuídos em escolas públicas municipais que atendem o ensino fundamental.

Os dados relativos às adaptações curriculares, acessibilidade, recursos materiais e pedagógicos para as necessidades educacionais especiais dos alunos com necessidades educacionais especiais, foram analisadas considerando as categorias presentes nas Adaptações Curriculares, BRASIL (2000). As categorias a serem adotadas, segundo as Adaptações Curriculares, são dentre outras:

- Acesso ao currículo, objetivos, planejamento de ensino para a diversidade dos alunos, como organização do espaço e aspectos físicos da sala de aula e sala de recursos; seleção e adaptação de materiais, utilização de equipamento e mobiliário para favorecer a aprendizagem de todos os alunos; planejamento de estratégias de ensino em função dos objetivos pedagógicos, conteúdos abordados e demandas dos alunos; pluralidade metodológica para o ensino e a avaliação; e flexibilização da temporalidade do ensino e da aprendizagem.

O presente artigo discorre sobre Educação Inclusiva, Adaptações Curriculares e Adaptações Curriculares de Pequeno Porte.

### 3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O direito à Educação é assegurado a todos os brasileiros, pela Constituição Federal (1988), independentemente de gênero, raça, idade ou classe social. Na Constituição de 1988, foram aprovados vários dispositivos referentes aos direitos das pessoas com deficiência, sendo que na Educação, destaca-se o Inciso I do artigo 206 que estabelece a “igualdade de acesso e permanência na escola” e o Inciso III, do Artigo 208, que define como dever do Estado “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Porém, foi a partir da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), onde foram preconizadas as diretrizes da Educação Para Todos, que tomaram força as discussões da formulação de políticas públicas acerca da Escola Inclusiva.

Esta proposta foi respaldada na Lei nº 9.394/96 – de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define como dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades especiais , preferencialmente na rede regular de ensino” (Artigo nº 4, III), norteando as políticas educacionais e oferecendo a base legal para a propagação da Educação Inclusiva. A referida Lei delibera também sobre os sistemas de ensino, que deverão assegurar aos alunos com deficiência, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos adaptados e organização específica para o atendimento às suas necessidades especiais.

Quanto à formação de professores, para atuarem junto aos alunos com deficiência, a referida Lei prevê uma especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino fundamental capacitados para a inclusão desses alunos nas classes regulares das escolas públicas.

O conceito de Escola Inclusiva conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (BRASIL, 1998) implica em:

(...) uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade

para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais. (BRASIL, 1998).

A partir desse conceito de Escola Inclusiva, pode-se pensar a inclusão como uma mudança nos conceitos da escola regular, através do reconhecimento das diferenças e da identificação das necessidades educacionais especiais, fazendo-se necessário oportunizar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica para que promovam o aprendizado e o acesso ao conhecimento a todos, promovendo a inclusão social de todos os alunos.

A proposta de inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõem-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada. (BRASIL, 2001).

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008).

Não se pode falar sobre Inclusão, entretanto, sem mencionar que esta se encontra calcada no princípio da Igualdade, o que determina que a inclusão educacional só poderá existir plenamente, no contexto da inclusão social, ou seja, numa sociedade democrática, que reconheça a diversidade que a constitui, respeite essa diversidade e se ajuste, transformando-se e providenciando todos os tipos de suportes (pessoais, físicos, materiais, equipamentos, acessibilidade, etc.) que permitam, a todos, o acesso e o funcionamento na comunidade. (ARANHA, 2000).

A perspectiva da educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional, sem possibilidade de acesso à escolarização, apesar dos esforços empreendidos para a universalização do ensino. Enfrentar esse desafio é condição essencial para atender à expectativa de democratização da educação, em nosso país, e às aspirações de quantos almejam o seu desenvolvimento e progresso. (BRASIL, 1998).

Faz-se necessário, portanto, identificar as necessidades educacionais especiais, os suportes necessários e o planejamento da implementação desses

suportes, avaliando seus efeitos no processo de aprendizagem, objetivando garantir o acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino (ARANHA, 2000).

A Secretaria de Educação Especial (2006) explica que:

Necessidades Educacionais podem ser identificadas em diversas situações representativas de dificuldades de aprendizagem, como decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos:

- Crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas.
- Crianças com deficiências e bem dotadas
- Crianças trabalhadoras ou que vivem nas ruas
- Crianças de populações distantes ou nômades
- Crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais
- Crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados.

Algumas necessidades educacionais podem ser atendidas através de uma série de ações e práticas pedagógicas planejadas, tais como: dar mais tempo ao aluno para a aprendizagem de determinados conteúdos, adaptações dos conteúdos e objetivos, adaptações das metodologias de aprendizagem, flexibilização do tempo para a realização de tarefas, atividades complementares, etc.

Em alguns casos, entretanto, determinadas necessidades individuais não podem ser resolvidas por esses meios, sendo necessário o uso de recursos e de medidas pedagógicas especiais, segundo Aranha (2000). Neste caso, pode-se falar de necessidades educacionais especiais, para se referir àqueles alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, ou de defasagem, em relação ao currículo, sendo necessário, portanto, meios de acesso ao currículo e adaptações no próprio currículo, como explica Aranha (2000).

Embora a seqüência das etapas do desenvolvimento seja a mesma para todos e o processo de construção de conhecimento envolva princípios e leis comuns a todos, a forma de vivência desses processos, bem como o ritmo com que são vivenciados, diferem de um aluno para outro. (ARANHA, 2000).

Dessa forma, segundo Aranha (2000), o sistema educacional brasileiro precisa e tomou a decisão política de se transformar, promovendo os ajustes que se fazem necessários para atender às necessidades educacionais especiais de todo seu alunado.

Entretanto, a construção de um sistema educacional inclusivo, ou seja, um sistema educacional que dê atenção e respostas adequadas e

competentes às peculiaridades de cada um de seus alunos, incluindo as necessidades educacionais especiais, depende da realização de ajustes e mudanças em todas as instâncias do sistema educacional, o que significa envolvimento ativo e ações afirmativas em todos os níveis do sistema: político, administrativo e técnico-científico. (ARANHA, 2000).

Assim, a necessidade de se pensar um currículo para a escola inclusiva no Brasil foi oficializada a partir das medidas desenvolvidas junto à Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998). Neste documento explicita-se o conceito de adaptações curriculares como:

(...) estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (BRASIL, 1998, p. 15).

Em 2003, o ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo programa de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade. (BRASIL, 2008).

O decreto nº 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas (BRASIL, 2008)

Em 2008 é elaborado o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos

mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Compete, portanto, às escolas a elaboração de uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços de educação especial para complementar e suplementar serviços educacionais, atuando de forma articulada com o ensino regular, além da elaboração de um currículo inclusivo, para responder às necessidades educacionais especiais e oportunizar a todos um ensino de qualidade.

### **3.1 Adaptações Curriculares**

Para atender a essas mudanças, a Secretaria de Educação Fundamental e a Secretaria de Educação Especial, em ação conjunta, produziram o material didático-pedagógico intitulado 'Adaptações Curriculares', que compõem o conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais. (BRASIL, 1998).

Pode-se definir adaptações curriculares como: “ respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais.” (BRASIL, 2000).

As adaptações curriculares para a educação especial visam promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, tendo como referência a elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar, segundo o MEC/SEF/SEEFP (BRASIL, 1998)

As adaptações curriculares são, portanto, os ajustes e modificações que devem ser promovidas para responder às necessidades educacionais dos alunos a fim de oferecer as condições que lhe são necessárias para a aprendizagem, segundo o documento Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares (BRASIL, 1998). Nesse sentido,

(...) a adequação curricular ora proposta procura subsidiar a prática docente, propondo alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno (BRASIL, 1998).

De acordo com o MEC/SEESP/SEB (BRASIL, 1998), as adaptações curriculares realizam-se em três níveis:

- Adaptações no nível do projeto pedagógico (currículo escolar) que devem focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no nível de sala de aula e no nível individual.
- Adaptações relativas ao currículo da classe, que se referem, principalmente, à programação das atividades elaboradas para sala de aula.
- Adaptações individualizadas do currículo, que focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada aluno.

Conforme o documento Adaptações Curriculares (BRASIL, 2000), existem dois níveis de adaptações: as adaptações de Grande Porte (Significativas) e as de Pequeno Porte (Não significativas):

- As Adaptações de Grande Porte (Significativas): são ações da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc, que podem ser nas modalidades: organizativas, objetivos de ensino, conteúdo, avaliação, método de ensino, temporalidade, sendo de responsabilidade exclusiva dos órgãos gestores.
- As adaptações de Pequeno Porte (Não Significativas): podem ser efetivadas nas mesmas modalidades, mas de responsabilidade direta do professor responsável pela classe.

As decisões quanto às Adaptações Curriculares que deverão ser implementadas deverão considerar as características individuais do aluno, segundo as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001).

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. (BRASIL, 1998)

## **a) Adaptações Curriculares de Pequeno Porte**

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte são modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular (BRASIL, 2000). Elas podem ser implementadas em várias áreas e momentos da atuação do professor: na promoção do acesso ao currículo, nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método de ensino, no processo de avaliação e na temporalidade, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

Denomina-se de Adaptação Curricular de Pequeno Porte aquela que os professores podem implementar em sua prática de ensino, sem que para isso necessitem de decisões ou de participação de instâncias administrativas superiores, já que têm para isso autonomia, e quando tal procedimento fizer parte de sua competência profissional. (ARANHA, 2000).

As categorias de Adaptações Curriculares de Pequeno Porte são as mesmas que as de Grande Porte, a saber: Adaptações de acesso ao currículo, Adaptação de objetivos, Adaptação de conteúdo, Adaptação do método de ensino e Adaptação de procedimentos de Avaliação. (ARANHA, 2000).

Nesse sentido, as Diretrizes Nacionais da Educação Especial (BRASIL, 2001) refere:

(...) a busca da construção curricular deve ser entendida como aquela garantida na própria LDBEN, complementada, quando necessário, com atividades que possibilitem ao aluno que aprenda necessidades educacionais especiais ter acesso ao ensino, à cultura, ao exercício da cidadania e à inserção social produtiva. (BRASIL, 2001)

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte compreendem, portanto, modificações de competência do professor, e constituem pequenos ajustes nas ações e práticas a serem desenvolvidas em sala de aula, como modificações nos objetivos, na metodologia, nas práticas de ensino-aprendizagem, nas atividades realizadas, na flexibilização do tempo e no processo de avaliação. Sua implementação, no contexto da prática pedagógica, encontra-se no âmbito de



responsabilidade do professor, não exigindo autorização nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior.

O conteúdo a ser trabalhado com o aluno será sempre delineado pelos objetivos postos no plano de ensino. Entretanto, a ordem em que o conteúdo e suas subdivisões são apresentados, a prioridade que o professor dará às diferentes unidades, áreas, itens e subitens do plano de ensino, bem como a ênfase que dará a um item do conteúdo, em detrimento de outro, é de sua competência decidir, sempre em função das necessidades especiais presentes (ARANHA, 2000).

Nos procedimentos didáticos e nas atividades, faz-se necessário à nível de adaptações: modificação de procedimentos, atividades alternativas e complementares, modificação do nível de complexidade das atividades, seqüenciamento da tarefa, seleção e adaptação dos materiais, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998).

O professor pode priorizar determinados objetivos para um aluno, investindo mais tempo, ou utilizando maior variedade de estratégias pedagógicas para o alcance de determinados objetivos, em detrimento de outros, menos importantes, numa escala de prioridades estabelecida a partir da análise do conhecimento já apreendido pelo aluno, e do grau de importância do referido objetivo para o seu desenvolvimento e a aprendizagem significativa do aluno (ARANHA, 2000).

“Outra adaptação no método de ensino é a modificação do nível de complexidade das atividades. Nem todos os alunos conseguem apreender um determinado conteúdo se este for tratado, pelo professor, de uma forma única. Alguns necessitam que o conteúdo lhes seja apresentado passo a passo. Assim, o professor tanto pode precisar eliminar componentes da cadeia que constitui a atividade, como (re) seqüenciar a tarefa, dividindo a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um e outro, etc.” (ARANHA, 2000).

A adaptação de materiais utilizados, através do uso de recursos e materiais para atender às necessidades educacionais especiais, muitas vezes faz-se necessária como adaptação à metodologia de ensino, com o objetivo de permear uma prática pedagógica que efetive a aprendizagem.

“O último tipo de adaptação que se sugere é a adaptação na temporalidade do processo de ensino e aprendizagem, tanto aumentando como diminuindo o tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os conseqüentes

conteúdos. O professor pode organizar o tempo das atividades propostas, levando em conta que atividades exclusivamente verbais tomarão mais tempo de alunos surdos, enquanto que as escritas serão executadas mais lentamente por alunos cegos, e atividades que exigem abstração (unidades da matemática, por exemplo) demandarão não só mais tempo, como também maior frequência de suporte para os alunos com deficiência mental.” (ARANHA, 2000).

Além de adaptações no currículo e nos conteúdos, faz-se necessário a realização de adaptações no processo avaliativo, seja através da modificação de técnicas, dos instrumentos utilizados ou de modificação da temporalidade para determinados objetivos e conteúdos previstos, promovendo o processo de aprendizado do aluno com necessidades educacionais especiais.

Segundo Aranha (2000), adaptar o método de ensino às necessidades de cada aluno é, na realidade, um procedimento fundamental na atuação profissional de todo educador, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender. Faz parte da tarefa de ensinar o procurar as estratégias que melhor respondam às características e às necessidades peculiares a cada aluno. (ARANHA, 2000).

### **3.2 Adaptações Curriculares de Pequeno Porte nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental no Município de Capão da Canoa, RS**

A pesquisa foi realizada em onze escolas de ensino fundamental no município de Capão da Canoa, RS. Dentre as onze escolas pesquisadas, cinco atendem alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino, em todos os níveis, contando com o total de 14 profissionais especializados e/ou capacitados, distribuídos em quatro dessas escolas. Uma das escolas que atendem alunos com necessidades educacionais especiais é Escola Especial, contando com o total de 35 profissionais especializados e/ou capacitados para o atendimento especializado aos alunos.

A Escola Especial presta atendimento pedagógico especializado, exclusivamente para alunos com graves comprometimentos, múltipla deficiência ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas. Para o atendimento educacional especializado desses alunos há serviços de natureza terapêutica

desenvolvidos por equipes multiprofissionais, além de currículos funcionais e adaptações curriculares de grande e pequeno porte, voltadas às especificidades dos grupos atendidos ou das necessidades individuais dos alunos.

As escolas que atendem alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino fundamental contam com profissionais especializados e/ou capacitados para atender esses alunos em sala de aula regular, como por exemplo, intérprete em LIBRAS, e também recursos materiais e pedagógicos, como sala de recursos.

Professores especializados e/ou capacitados efetivam atividades de aprendizagem e aprofundamento nas diversas áreas, realizando adaptações de materiais de acordo com a necessidade do aluno, oportunizando o desenvolvimento educacional dos alunos atendidos. Os profissionais realizam o acompanhamento desses alunos na sala de aula regular, juntamente com o professor regente, e na sala de recursos, em turno inverso, oferecendo o atendimento pedagógico complementar.

Observou-se, com a realização da pesquisa, que as adaptações curriculares de pequeno porte não são apenas pequenas modificações que o professor venha a fazer em termos de métodos e conteúdos. Implica, sobretudo, segundo Glat e Oliveira (2003) na reorganização do projeto político pedagógico de cada escola e do sistema escolar com um todo, levando em consideração as adaptações necessárias para a inclusão e participação efetiva de alunos com necessidades especiais.

Para que se possa pensar e transformar o currículo tradicional em um “Currículo Inclusivo” faz-se necessário repensar o projeto político pedagógico da escola, a prática pedagógica e o planejamento curricular do professor, segundo Glat e Oliveira (2003).

“No Projeto Político Pedagógico deve estar claro o compromisso da escola com êxito no processo de ensino aprendizagem, com provimento de recursos pedagógicos necessários, apoio aos programas educativos e capacitação de recursos humanos para atender esses alunos”. (BRASIL, 2001).

Das onze escolas pesquisadas, todas estão reformulando seus projetos políticos pedagógicos com o objetivo de responder de maneira efetiva à proposta inclusiva e atender alunos com necessidades educacionais especiais nas classes

regulares de ensino, oferecendo uma aprendizagem de qualidade. As escolas que não atendem alunos com necessidades educacionais especiais não possuem profissionais especializados e/ou capacitados para atender esses alunos e sala de recursos.

Em relação aos dados analisados nas entrevistas, relativos às adaptações curriculares, acessibilidade, recursos materiais e pedagógicos para o atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos, as escolas que atendem atualmente a esses alunos dispõem de sala de recursos multifuncionais, com equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos. Profissionais especializados e/ou capacitados realizam a adaptação de materiais para o atendimento educacional especializado dos alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula regular, como por exemplo, material ampliado ou em Braille para os alunos com deficiência visual.

A sala de recursos destina-se ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas áreas de: deficiência mental, visual, física-neuromotora, surdez e das altas habilidades/superdotação, e tem por objetivo possibilitar o acesso e a complementação do currículo regular a esses alunos, sendo realizado o atendimento no contra turno da rotina escolar.

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. (BRASIL, 2008).

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008).

As adaptações curriculares de pequeno porte realizadas pelos professores regentes são principalmente no âmbito da flexibilidade do currículo e dos objetivos, do planejamento, da prática pedagógica e metodologias, da flexibilidade da temporalidade na realização das tarefas e nas relações entre seus alunos, possibilitando e oportunizando contextos que motivem a aprendizagem.

Todos os professores regentes que atuam em classes do ensino regular onde estão inseridos alunos com necessidades educacionais especiais contam com o trabalho de profissionais especializados e/ou capacitados para o atendimento a esses alunos, como, por exemplo, intérprete em LIBRAS/Língua Portuguesa, que mediam a conversação entre aluno/professor e realizam a adaptação de materiais.

O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008).

Os profissionais que atuam no atendimento educacional especializado nas escolas inclusivas do município reconhecem que um currículo que possa atender as necessidades educacionais especiais deve ser flexível e aberto para modificações, sem perda de conteúdo.

A acessibilidade na escola regular de alunos com necessidades educacionais especiais não garante, porém, a permanência e a apropriação de conhecimento com qualidade de ensino, sem uma preparação pedagógica do professor e adaptações de pequeno porte a serem realizadas pelo mesmo.

A falta de formação e/ou capacitação dos professores para atender a diversidade e os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é um dos fatores que dificultam a atuação pedagógica frente ao contexto da sala de aula, o que pode contribuir para a “exclusão” desses alunos do sistema educacional, e não na “inclusão”.

A mera inclusão física do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular pode resultar em uma exclusão na escola, se os educadores que atuam com esses alunos não reformularem sua prática pedagógica e promoverem adaptações para que esse aluno seja realmente incluído no processo educacional.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A inclusão educacional implica em uma nova postura da escola, que reconheça a diversidade, proponha mudanças e ações que favoreçam a prática social, promovendo adaptações às necessidades e especificidades dos alunos.

Porém, a inclusão educacional nem sempre é efetiva devido à imagem homogênea dos indivíduos que constituem a escola, que nem sempre promove a reflexão e a reformulação da prática pedagógica a fim de promover ajustes e ações necessárias para possibilitar o acesso e a permanência no processo educacional, de forma a oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos.

Ao se falar em educação inclusiva, é fundamental reconhecer a diversidade de alunos atendidos no contexto da sala de aula. Com o reconhecimento da diversidade faz-se necessário a construção de um novo conceito para a escola inclusiva, que leve em consideração o conjunto de valores e informações que os alunos apresentam constituindo uma diversidade de ritmos e aprendizagem com características próprias. Surge então o desafio de oferecer uma educação de qualidade a todos os alunos atendidos no contexto regular de ensino, “incluindo” os alunos com necessidades educacionais especiais.

Para transformar o currículo regular em um currículo inclusivo, faz-se necessário promover adaptações reconhecendo a diversidade, conhecendo os alunos atendidos, suas competências e habilidades, bem como identificando as necessidades educacionais especiais, e, dessa forma, repensando e reformulando, a partir disso, a proposta político pedagógica e a prática pedagógica para atender à diversidade em sala de aula.

Outros fatores que fazem com que a inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais não ocorra efetivamente no ensino regular são a falta de estrutura, apoio e recursos necessários, além da falta de formação e qualificação de docentes para atender a esses alunos.

Para que aconteça a efetiva a inclusão educacional, o professor da classe regular deve estar capacitado para promover adaptações de acesso ao currículo, adaptações nos objetivos, adaptações de conteúdo, adaptações na metodologia de ensino e adaptações nos procedimentos de avaliação; para atender às necessidades de todos os alunos, inclusive os com necessidades educacionais

especiais. Os cursos ou programas de formação e capacitação docente precisam dar condições para que o professor trabalhe de forma efetiva com seus alunos, proporcionando um aprofundamento teórico-metodológico que lhe permita refletir e modificar sua prática pedagógica para atender à diversidade da sala de aula.

É necessário formar um novo tipo de educador para atuar em classes regulares inclusivas, que reconheça a diversidade, proponha mudanças na prática educacional e desenvolva estratégias de ensino diversificadas, condizentes com a proposta inclusiva, favorecendo o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais incluídos em classes regulares, promovendo assim, mudanças efetivas no ensino-aprendizagem.

Para atender à diversidade, há a necessidade de adaptações do currículo regular, envolvendo modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos, nas metodologias, na temporalidade e na avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos.

As adaptações curriculares de pequeno porte, realizadas pelo próprio professor, baseado em sua experiência cotidiana, pode chegar a propostas que atendam às necessidades individuais dos alunos.

No desenvolvimento da prática pedagógica, é importante que as aulas incluam diferentes alternativas para abordar o conteúdo, através do planejamento das aulas e de modificações da metodologia, se necessário, de forma que os interesses de aprendizagem sejam atingidos, e dessa forma, contribua para a aprendizagem de todos os alunos.

O plano de ensino deve levar em conta a diversidade que constitui o grupo de alunos, para que seja possível realizar os ajustes pedagógicos que se mostram necessários. É necessário verificar os resultados obtidos a partir das adaptações no plano de ensino, para que, se necessário, sejam realizadas novas adaptações, para que o aprendizado seja efetivo.

As adaptações no currículo inclusivo devem ser promovidas na perspectiva de formar cidadãos atuantes e conscientes do seu papel na sociedade respeitando as diversidades. Assim, ele deve ser democrático e inclusivo, para atender as necessidades educacionais e individuais de todos os educandos.

A inclusão escolar existe verdadeiramente, quando a escola reconhece a diversidade, se adapta para atender as necessidades de todos, valorizando as

peculiaridades e a individualidade de cada um, e assim, promove um ambiente escolar inclusivo.

É urgente lutar por uma educação democrática e emancipadora como alternativa para a superação das diferenças e da promoção de uma sociedade justa e humana. Pois, só assim, seremos capazes de aprimorar nossa prática e chegar, talvez, não a um modelo único, mas pelo menos, a diretrizes gerais que orientem escolas que estejam ingressando nesse novo modelo.



## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Conferência Mundial de Educação para Todos**. MEC, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96**.

Brasília, 1996. Portal da SEESP - Secretaria da Educação Especial. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2010

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares** - Estratégias para educação de alunos com necessidades especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998. Disponível em: [www.ibe.gov.br/media/common/Downloads\\_PCN.PDF](http://www.ibe.gov.br/media/common/Downloads_PCN.PDF). Acesso em: 25 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva**. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial **Projeto Escola Viva cartilha 5 Adaptações Curriculares de Grande Porte**. Elaboração Maria Salete Fábio Aranha. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf> Acessado em: 20 abr. 2010.

BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial **Projeto Escola Viva cartilha 6 Adaptações Curriculares de Pequeno Porte**. Elaboração Maria Salete Fábio Aranha. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha06.pdf> Acesso em: 20 abr. 2010.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei n.º 10.172. CNE, Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica /CNE-CEB, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acesso em: 15 abr.2010.

BRASIL, Ministério Público. **O Acesso de Pessoas com Deficiência às Classes e Escolas Comuns da Rede Regular de Ensino**. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão 2003. Disponível em : [www.cepde.rj.gov.br/cartilha\\_do\\_mp.doc](http://www.cepde.rj.gov.br/cartilha_do_mp.doc) Acesso em: 20 de abr. 2010

BRASIL. Ministério de Educação/ Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva**. Direito à Diversidade. Curso de Formação de Gestores e Educadores Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: Atendimento educacional especializado para a Deficiência Mental**. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAT, Rosana e OLIVEIRA, Elíza da Silva Gomes, **Adaptação Curricular**. Disponível em: [www.acessibilidade.net/.../report adaptacao curricular pt.html](http://www.acessibilidade.net/.../report_adaptacao_curricular_pt.html)  
Acesso em: 10 de jun. 2010.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

SÁ, Elisabet Dias de. **Adaptações Curriculares: diretrizes nacionais para a educação especial**. Disponível em: <http://www.bancodeescola.com/verbete5.htm>  
Acesso em: 10 de jun. 2010.

UNESCO & MEC-Espanha. **Declaração de Salamanca e linha de ação**. Brasília: CORDE, 1994.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### “ADAPTAÇÕES CURRICULARES DE PEQUENO PORTE NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA, RS”.

#### DIREÇÃO

ESCOLA: \_\_\_\_\_

DIREÇÃO: \_\_\_\_\_

**1-** A Proposta Político Pedagógica da Escola contempla a proposta de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) nas classes regulares de ensino?

\_\_\_\_\_

**2-** A Escola atende alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) em classes regulares?

\_\_\_\_\_

**Se afirmativo, favor responder as próximas questões:**

**1-** Quantos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) são atendidos nas classes regulares do ensino fundamental na Escola?

\_\_\_\_\_

**2-** Quais as séries do ensino fundamental regular que esses alunos estão incluídos?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**3-** Quais as NEE presentes nos alunos atendidos na Escola e qual o número de alunos atendidos para cada especificidade?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**4-** Que tipo de adaptações são propostas pela Escola visando o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**5-** A Escola possui sala de recursos para o atendimento educacional especializado? Quais os recursos disponíveis na Escola para atender tais necessidades?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ANEXO 2

### “ADAPTAÇÕES CURRICULARES DE PEQUENO PORTE NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA, RS”.

#### EDUCADORES

IDENTIFICAÇÃO: \_\_\_\_\_  
IDADE: \_\_\_\_\_ TEMPO DE ATUAÇÃO \_\_\_\_\_ SÉRIES: \_\_\_\_\_  
ESCOLA: \_\_\_\_\_  
FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

1 - Quais as necessidades educacionais especiais (NEE) presentes nos alunos atendidos na sala de aula que você atua e qual o número total de alunos?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2- Você possui formação específica para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais? Qual a formação?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3- Você participa de cursos relativos à formação e capacitação sobre as especificidades do atendimento a esses alunos? Quais?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4- Quais os recursos disponíveis na Escola para atender as necessidades educacionais especiais?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5- Que tipo de adaptações curriculares de pequeno porte são propostas e utilizadas efetivamente, nas classes em que você atua, visando o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_